

BEM MAIS DO MESMO

***Roberto Rodrigues**

Saiu mais um PAP, o Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2012/13. E saiu bem, de modo que o Ministro Mendes Ribeiro tem o que comemorar.

Começa com o volume de recursos para a agricultura empresarial, que cresceu 7,5% em relação ao ano passado, alcançando 115,3 bilhões de reais. Nos últimos anos, os produtores têm tomado em média 90% dos valores de financiamento oferecidos.

A taxa de juros cairá para 5,5% ao ano, bem menos que os 6,75% do plano anterior. E programas especiais e importantes, como a Agricultura de Baixo Carbono e Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor, terão taxas ainda menores, de 5% ao ano.

Um ponto relevante é o que busca o fortalecimento do médio produtor, por meio do Pronamp: houve ampliação dos recursos para investimento, custeio e comercialização. O volume de recursos para investimento foi ampliado em 90%, passando de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 4 bilhões, enquanto o crédito para custeio e comercialização será de R\$ 7,15 bilhões, com um crescimento de 14,4%. Além disso, o limite para enquadramento ao programa foi ampliado.

E o limite por produtor aumentou de 400 para 500 mil.

Esta foi uma ótima iniciativa: o médio produtor tem sido o grande castigado pela ausência de medidas específicas. O pequeno tem forte apoio graças à força crescente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o grande se defende de alguma forma. Mas o médio, espremido entre ambos, tende a perder espaço no nosso cenário agropecuário, o que representa uma negação à própria preservação da democracia. É ele que constrói a força do tecido democrático no interior do país.

Também as cooperativas foram beneficiadas, e o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias terá 3 bilhões de reais, com limites de 50 milhões por cooperativa e taxa de juros de 5,5% a.a., com prazo de pagamento de 6 anos. Eis um setor que realmente precisa de mais atenção. As cooperativas brasileiras vem crescendo de maneira significativa tanto no apoio à produção quanto na agroindústria, aumentando a renda dos cooperados. E a participação deste segmento nas exportações vem subindo ano a ano, sob a firme batuta da OCB, com produtos de qualidade cada vez mais demandados pelos importadores do mundo todo.

Ainda no capítulo cooperativismo, o crédito para capital de giro das cooperativas será de até 40 milhões para cada uma, podendo chegar a 50 milhões de reais para as Centrais. E o Prodecoop - voltado para a agregação de valor - passa a contar com 2 bilhões de reais, com limite de 100 milhões de reais

por cooperativa, contra os 60 milhões do ano anterior, e juros baixados para 5,5% a.a., prazo de até 12 anos, com 3 de carência.

Outros programas, como o FUNCAFÉ e os Fundos Constitucionais mantêm os volumes do ano passado, bem como as taxas de juros.

O Programa ABC (que apóia a integração lavoura/pecuária/floresta, o plantio direto na palha, a recuperação de áreas degradadas, a recomposição de APP, a implementação de sistemas orgânicos de produção, etc) teve um aumento de recursos de 3,15 bilhões para 3,4 bi, com juros de 5% a.a..

O setor sucroenergético, responsável pelo etanol que só emite 11% do CO2 da gasolina, terá mais incentivos para ampliar a área de canaviais: serão 2,4 bilhões de reais para pagar em 6 anos, ciclo médio da cultura.

O seguro rural será tratado sob o conceito de Zoneamento de Risco Climático e se espera segurar 6 milhões de hectares nesta safra.

Em suma, é um bom plano que nos dá otimismo quanto à idéia de formulação do nosso sonhado Código Agro Ambiental.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**